

HISTÓRIAS, CONTOS, LENDAS E TRADIÇÕES DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO SÃO FRANCISCO

DEBORA SAFIRA ANDRADE¹

Resumo

Este texto apresenta as lendas, tradições e histórias que povoam o imaginário da população que vive às margens do rio São Francisco, à luz do relatório técnico de pesquisa de campo do historiador Márcio Santos, que participou da Expedição Halfed, realizada entre 14 de outubro e 18 de novembro de 2001, percorrendo aproximadamente 85% da extensão do rio São Francisco. Essa expedição foi uma das principais ações promovidas pela Campanha Rio São Francisco Patrimônio Mundial, que teve como objetivo central, elaborar um dossiê para enviar à UNESCO, a fim de ser reconhecido como patrimônio cultural da humanidade o acervo histórico, artístico e natural do entorno deste rio. Ainda traz a contribuição de alguns artigos publicados na edição especial da revista *on line Jangada Brasil – Velho Chico: Tradições, Lendas e História do rio São Francisco* – e estudos de Zanoni Neves sobre os remeiros. Por fim, elenca o patrimônio cultural imaterial, apresentado pelos autores acima referidos.

Palavras-chave: Rio São Francisco; População Ribeirinha, Patrimônio Cultural Imaterial

Abstract

Such a text presents legends, traditions and histories which make part the imaginary of the population that live near São Francisco river based on Marcio's Santos field research technical report who participated of Halfed Expedition occurred between October 14th to November 18th in 2001 by involving about 85% of extension of São Francisco river. Such an expedition was one of the principal actions promoted by Campaign of Rio São Francisco as worldwide Patrimony which had as a principal aim to elaborate dossier in order to send to UNESCO and to be recognized its historical, artistic and natural property as the mankind cultural patrimony. It also gives a contribution of some articles published in a special edition of *Jangada Brasil* magazine which is available on-line – *Velho Chico: Traditions, legends and histories of São Francisco river* – as well as Zanoni's Neves studies about the remeiros. Finally, it involves the immaterial cultural patrimony which is presented by the authors cited above.

Keywords: São Francisco River; Ribeirinha population; Intangible Cultural Heritage

JEL: I12; I21

Introdução

O presente artigo objetiva apresentar a riqueza cultural que se traduz em lendas, contos e tradições das comunidades ribeirinhas e, ao mesmo tempo, constituem o patrimônio cultural imaterial destes. Para tanto, se embasa no conceito de patrimônio cultural imaterial elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Assim, está estruturado da seguinte forma: na segunda seção, apresenta uma breve evolução do conceito de patrimônio e as discussões sobre o conceito de patrimônio cultural imaterial, realizadas pela UNESCO e as instituições não governamentais, vinculadas a este organismo multilateral de cooperação internacional. Deste modo, revela os significativos avanços e como esse conceito é fruto da percepção que

¹ Mestre em Análise Regional, pela UNIFACS. Bacharel em Turismo pela UNIFACS. E-mail: deborasafira@gmail.com

“

Na Renascença, esse conceito amplia-se e passa a se identificar com o passado histórico, que apresenta suas especificidades, e que se difere do presente por representar outra época, idealizada como sendo aquela de grandes relações humanas.

”

cada época tem a respeito de que, para que e porque preservar; na terceira seção, aborda a Campanha Rio São Francisco Patrimônio Mundial - Expedição Halfeld, realizada em duas etapas que teve como objetivo central obter o reconhecimento do rio São Francisco como Patrimônio Mundial; na quarta seção, é elencada a lista do patrimônio cultural imaterial do rio São Francisco produzida durante a primeira etapa da Campanha Halfeld, por Márcio Santos e também conta com a contribuição de Zanoni Neves e outros autores que foram publicados numa edição especial da revista *on line* Jangada do Brasil; na quinta seção, as considerações finais são tecidas.

Patrimônio Cultural

A palavra patrimônio é oriunda do latim *patrimonium*², que significa aquilo que provém dos pais. De acordo com o dicionário, patrimônio são bens que possuímos ou os bens que herdamos de nossos pais (HERNÁNDEZ; TRESSERAS³, 2001). Camargo (2002, p. 21) faz a seguinte observação “[...] do termo vigente do

direito de sucessão das estirpes, os descendentes são herdeiros dos bens do pai, cujos bens materiais constituem o patrimônio”. Essa palavra, na Idade Média, foi associada à idéia de algo que se respeita que é sagrado. Na Renascença, esse conceito amplia-se e passa a se identificar com o passado histórico, que apresenta suas especificidades, e que se difere do presente por representar outra época, idealizada como sendo aquela de grandes relações humanas. Deste modo, peças, objetos, artefatos, esculturas e monumentos das antigas civilizações egípcia, grega e romana tornaram-se ícones

Nesse período também, o patrimônio passa a ter um interesse histórico e artístico, procura-se recuperar e conservar os bens do passado. Inicia-se um processo de valorização do que é antigo, pela identificação com as civilizações grega, romana e egípcia, em especial. Tal percepção influenciou a educação oferecida aos jovens da aristocracia, que cultuavam e veneravam o passado. Estes se deslocavam para lugares onde se encontrava o patrimônio monumental de civilizações antigas para se educarem em uma forma anterior de turismo denominado *Grand Tour*, a qual precedeu, entre os séculos XVI e XVIII, a organização das viagens encetadas por Thomas Cook, em 1841, considerado o começo do turismo moderno (DIAS, 2006).

Contudo, as primeiras preocupações com a definição de políticas para a salvaguarda dos bens que conformam o patrimônio cultural remontam ao final do século XVIII, mais especificamente a Revolução Francesa⁴, quando se desenvolveu outra sensibilidade em relação aos monumentos destinados a invocar a

memória e a impedir o esquecimento dos feitos do passado (Zanirato e Ribeiro, 2006).

Nesse sentido, Camargo (2002) esclarece que a constituição de um padrão de preservação, conduzido como política do Estado apareceu nesse período, e apenas se tornou consistente, na própria França, transcorridos 60 anos da queda da Bastilha. “É fundamental que possamos conhecê-lo, pois é o modelo pelo qual se estruturou a política de preservação federal no Brasil na terceira década do século XX” (CAMARGO, 2002, p. 19).

Ainda, segundo este autor, com a queda do regime monárquico os bens que pertenciam ao rei, passaram para o Estado, bem como as propriedades do Clero e da Igreja. Se o sacerdócio não chegou a ser extinto, determinou-se, todavia, que os padres e o alto clero jurassem obediência à constituição e tendo em vista a existência de uma Igreja Nacional, as relações de dependência a Roma eram eliminadas. Por fim, ao lado das propriedades monárquicas e eclesiásticas, juntaram-se os bens dos emigrados⁵.

Camargo (2002) observa que à constituição do Estado republicano adiciona-se um atributo nacional. Isso representou uma inovação e, ao mesmo tempo, uma construção. Levando em conta a existência desses bens, e a concepção de Estado Nacional, constituem-se então os Bens Nacionais. Cabe ressaltar que uma parte desses bens foi vendida a particulares. Ainda hoje é possível encontrar mobílias e outras peças em residências inglesas. Nem as bebidas que pertenciam às adegas da coroa francesa foram poupadas. Os revolucionários viviam apertados pelas necessidades de dinheiro diante da

² DIAS, 2002 citando PATRIMÔNIO. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2.151.

³ Tradução livre da autora

⁴ Camargo explica que a Revolução Francesa é tradicionalmente considerada entre os acontecimentos de julho de 1789, mas ela atinge até 1799 diversas etapas que foram caracterizadas por profundas turbulências.

⁵ Os aristocratas que abandonaram a França revolucionária.

retaliação que as monarquias europeias impuseram à França Camargo (2002) acrescenta

Se as destruições e reutilizações inadequadas não cessam (abadias transformadas em manufaturas têxteis, de porcelana, de papéis), é em contrapartida, inventado o conceito de *patrimônio nacional*. Do termo vigente do direito da sucessão das estirpes, os descendentes são herdeiros dos bens do pai, cujos bens materiais constituem o patrimônio. E, ao conjunto de bens, legado ou patrimônio herdado do pai, acrescentou-se o qualificativo de nacional. Ou seja, os cidadãos, com a Revolução Francesa, eram livres e iguais perante a lei (Liberdade/Igualdade) e, nascidos, no país, são todos irmãos (Fraternidade) e herdeiros do mesmo pai, o Estado Nacional. (CAMARGO, 2002, p. 20-21).

Então, as obras e os monumentos deverão manifestar e testemunhar o “gênio do povo francês” através do tempo. Os monumentos seriam uma espécie de materialização da identidade nacional e, por meio deles os cidadãos se reconheceriam como franceses. Camargo (2002) observa que essa idéia assim estruturada foi difundida e outros países adotaram o modelo do patrimônio nacional francês, embora o tenham adaptado às suas próprias realidades históricas. Este também foi o modelo para a constituição do patrimônio brasileiro. Deste modo “é possível afirmar que este é, igualmente, o arcabouço para o Patrimônio da Humanidade” (CAMARGO, 2002, p.).

Dias (2006) explica que a elaboração de um arcabouço normativo-institucional nos Estados-nação, no decorrer das últimas décadas, relacionado ao patrimônio cultural, procede, em parte, dos acordos internacionais concernentes a cultura e constituídos pela iniciativa das agências multilaterais de cooperação internacional, como a UNESCO. Assim,

Entre as muitas funções e prerrogativas da UNESCO, apresenta relevância especial à missão de assegu-

rar a conservação e a proteção do patrimônio cultural universal, o que, desde a sua criação, foi pouco contestado em âmbito internacional, de modo que seu papel como gestora mundial dos recursos culturais é plenamente aceito (DIAS, 2006, p. 107).

É importante frisar que a UNESCO mantém uma estreita relação com algumas ONGs, e que isso é previsto em seu documento constitutivo. Entre as organizações que contribuem de caráter permanente com a UNESCO na esfera cultural e que apresentam um vínculo institucional com a organização destaca-se, entre outras, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - Icomos⁶

Em 1972, a UNESCO adotou a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural que incitava os países a reconhecerem, a inventariarem e a protegerem “os bens únicos e irrepetíveis de valor universal”⁷. (UNESCO, 1972 apud Dias, 2006, p.114). Ao mesmo tempo, apresentou um marco legal, administrativo e financeiro de cooperação internacional, que deu origem à Lista do Patrimônio Mundial, a qual congrega localidades e lugares de todo o mundo que apresentam significado relevante para a história mundial.

Essa convenção é considerada um dos mais importantes documentos sobre o tema, por ter constituído diretrizes que foram seguidas por vários países e por ter servido para a elaboração de diversas normas nacionais e locais.

O processo de inclusão de um bem na lista se após ser identificado, estudado e reconhecido o valor excep-

cional e universal do patrimônio, cuja inclusão na lista torna-o uma referência material, não das histórias nacionais, mas da história do ser humano em toda a sua capacidade, riqueza e diversidade. A partir de então, a responsabilidade por sua proteção e a garantia de sua boa conservação é compartilhada entre os estados e a UNESCO. Esta terá, então, a responsabilidade de coordenar e de canalizar a cooperação internacional e os Estados. Há um fundo mundial do patrimônio destinado a contribuir na conservação dos bens do patrimônio da humanidade (DIAS, 2006, p.115).

Em março de 1999, a UNESCO organizou, em Turim, na Itália, um evento internacional denominada *Patrimônio Cultural Imaterial: Definições Operacionais*, que determinou três critérios sobre o tema:

- A cooperação internacional sobre o patrimônio intangível deve estar fundamentada sobre os direitos humanos reconhecidos universalmente, sobre os princípios de equidade e de sustentabilidade, bem como sobre o respeito a todas as culturas;
- A participação ativa dos atores e dos criadores da cultura em todas as etapas da identificação dos projetos, de destinação de recursos, de planejamento e de execução de políticas e programas destinados à salvaguarda do patrimônio intangível;
- A compreensão do patrimônio centrada sobre os indivíduos e sobre os processos sociais (DIAS, 2006, p.129).

Sendo assim, recomendou ações de proteção em algumas áreas, em especial: o patrimônio cultural oral, as línguas, as artes cênicas e as festividades, os ritos e práticas sociais, as cosmologias, os sistemas de co-

⁶ Uma das mais importantes e ativas organizações não-governamentais da área de patrimônio cultural, responsável pela realização de vários encontros mundiais que estabeleceram normas e condutas a serem seguidas no setor. Criada em 1963, em Varsóvia, com a adoção da Carta de Veneza, de 1964, sobre conservação e restauração de monumentos e sítios.

⁷ UNESCO. Convenção sobre Proteção de Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Actas de La 17ª Conferência General Paris 17 de out. 21 de Nov. 1972.

nhecimento, as crenças e práticas relacionadas com a natureza. Nessa reunião, definiu-se patrimônio cultural imaterial como⁸

Os processos assimilados pelos povos, junto com os conhecimentos, as competências e a criatividade que os alimenta e que eles desenvolvem, os produtos que criam e os recursos, espaços e demais aspectos do contexto social e natural necessários para que perdurem além de dar às comunidades vivas uma sensação de continuidade em relação às gerações anteriores, esses são importantes para a identidade cultural e para a salvaguarda da diversidade cultural e a criatividade da humanidade (BERMÚDEZ, 2004 apud DIAS, 2006).

A definição acima referida de patrimônio cultural imaterial foi aprimorada pela Divisão de Patrimônio Cultural da UNESCO – Unidade de Patrimônio Intangível – que, em 22 de outubro de 1999, anunciava que o patrimônio cultural era

O conjunto de formas de cultura tradicional e popular ou folclórica, ou seja, as obras coletivas que emanam de uma cultura e se baseiam na tradição. Essas tradições são transmitidas oralmente ou mediante gestos e se modificam com o decorrer do tempo através de um processo de recriação coletiva. Estão incluídas nelas as tradições orais, os costumes, as línguas, a música, os bailes, as festas, a medicina tradicional e a farmacopéia, as artes culinárias e todas as habilidades especiais relacionadas com os aspectos materiais da cultura, tais como as ferramentas e o habitat (BERMÚDEZ, 2004 apud DIAS, 2006, p.130).

Em 2003, a UNESCO publicava no artigo 2º da Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial

[As] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu

patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003 apud CAVALCANTI, 2008, p.11-12).

Cavalcanti (2008) lembra que o conceito do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil incorpora essa formulação como revela o Decreto nº 3.551

O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, compreende o Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro como os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam. Essa definição bem indica o entrelaçamento das expressões culturais com as dimensões sociais, econômicas, políticas, entre outras, que articulam estas múltiplas expressões como processos culturais vivos e capazes de referenciar a construção de identidades sociais (CAVALCANTI, 2008, p.12).

Ainda a mesma autora, citando o IPHAN (2006), comenta que a Resolução nº 1, de 30 de agosto de 2006 complementa o Decreto acima referido

A Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006 (IPHAN, 2006), que complementa o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, opera claramente com uma definição processual do Patrimônio Cultural Imaterial,

entendendo por bem cultural de natureza imaterial “as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social”; e ainda “toma-se tradição no seu sentido etimológico de ‘dizer através do tempo’, significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado” (CAVALCANTI, 2008, p.12).

Nessa breve abordagem da evolução do conceito do patrimônio cultural, verificou-se que este é um conceito construído socialmente e reflete a percepção de cada sociedade a respeito de que, para que e porque preservar.

Mas, é a partir da criação da UNESCO, nos meados do século XX, que se inicia um processo de transformação na percepção do que é patrimônio cultural nacional, regional, local, intensificado a partir da década de 1970, com “a inclusão de bens patrimoniais identificados com grupos marginalizados ao longo da história entre os quais: judeus, etnias, indígenas, imigrantes, anarquistas, operários, quilombolas, etnias negras, ciganos etc.” (DIAS, 2006, p. 84).

Assim, essa instituição ao longo do tempo vem conquistando um papel relevante nas discussões e reflexões realizadas no âmbito internacional, e os seus documentos constituem-se uma referência para que diversos países elaborem suas normas nacionais e locais, inclusive o Brasil, no qual através da Campanha Rio São Francisco Patrimônio Mundial, torna-se possível verificar, na próxima seção, a incorporação do conceito de patrimônio imaterial elaborado pela UNESCO.

⁸ BERMÚDEZ, Sari. El patrimonio inmaterial, espejo de la diversidad. In DIRECCIÓN GENERAL DE CULTURAS POPULARES E INDÍGENAS-DGCP. Diálogos em lá acción, primeira etapa. México, 2004. p.137-143, p. 137 citado por DAIS, 2006, p. 130

“ *A Expedição Halfeld se deu em duas etapas: a primeira, entre 14 de outubro e 18 de novembro de 2001, durante 35 dias, onde percorreu os trechos do Médio, Submédio e Baixo São Francisco, assim, “[...] visitou 45 municípios de cinco estados, indo de Pirapora, em Minas, a Piaçabuçu, em Alagoas, onde o Velho Chico ...* ”

Campanha Rio São Francisco para o Patrimônio Mundial: Expedição Engenheiro Halfeld

Em junho de 2001, em Pirapora, cidade mineira, foi anunciada a Campanha Rio São Francisco Patrimônio Mundial, que teve como idealizadores o empresário Artur Lopes Filho, na ocasião era o presidente da Federação das Associações Comerciais de Minas Gerais (Federa-minas), e o jornalista Américo Antunes, ex-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, atual presidente da Instituição Terrazul de Cultura e Meio Ambiente⁹ e coordenador de difusão e projetos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (FCGT, 2009)¹⁰.

A Expedição Halfeld é considerada o marco histórico de uma ampla campanha que teve com objetivo central a pesquisa e a documentação dos bens de valor histórico, artístico, cultural e natural existente ao longo do rio e no seu entorno e também à mobilização e sensibi-

lização das comunidades ribeirinhas em prol das águas do São Francisco e do patrimônio existente nos centros urbanos espalhados às margens do rio, tendo em vista o reconhecimento do Rio São Francisco como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Como visto na seção anterior, esse título é conferido pela UNESCO depois de um exaustivo processo de mobilização, levantamento e avaliação, no qual participam, as comunidades locais, técnicos nacionais, o poder público e também os avaliadores e demais instâncias de deliberação da própria instituição. Além do grande significado simbólico, o reconhecimento de patrimônio mundial conduz naturalmente ao fortalecimento das condições de proteção do bem, facilita o aporte de financiamento, visibilidade internacional, assim estimulando o turismo para a região (SANTOS, 2001).

Vale esclarecer que a expedição recebeu este nome em homenagem ao engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld, que realizou o primeiro estudo técnico sobre o rio, a pedido de D. Pedro II. (SANTOS, 2001).

A Expedição Halfeld se deu em duas etapas: a primeira, entre 14 de outubro e 18 de novembro de 2001, durante 35 dias, onde percorreu os trechos do Médio, Submédio e Baixo São Francisco, assim, “[...] visitou 45 municípios de cinco estados, indo de Pirapora, em Minas, a Piaçabuçu, em Alagoas, onde o Velho Chico encontra o mar (INSTITUTO... 2010).

A segunda etapa aconteceu entre 28 de junho e 11 de julho de 2002,

quando foi percorrida a região do Alto São Francisco, localizada entre os municípios mineiros de São Roque de Minas, onde está a nascente do rio, e Pirapora. Santos (2002) lembra que grande parte dessa etapa se deu por terra, ao contrário da primeira, em função das péssimas condições de navegação do Alto do São Francisco, sobretudo, entre a nascente e a cidade de Iguatama e também pelo fato de muitas cidades estarem afastadas das margens dos rios, mas, alguns trechos relevantes do rio foram percorridos e devidamente documentados.

Essa Campanha foi realizada pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil e executada pela Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS – contando com o apoio de diversas instituições públicas, dentre elas a Petrobras, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Governo de Pernambuco e o Ministério da Integração Nacional (SANTOS, 2001).

Também este autor ressalta que a Campanha Rio São Francisco Patrimônio Cultural da Humanidade e os seus desdobramentos, inclusive a elaboração do seu relatório de pesquisa de campo, inserem-se no espaço maior da luta pela preservação do rio e do seu entorno. Todos os que participaram da Expedição Engenheiro Halfeld empenharam-se em colaborar, cada um, à sua maneira e na medida das suas possibilidades, para a revitalização do Rio São

⁹ O Instituto Terrazul de Cultura, Comunicação e Meio Ambiente (TERRAZUL) é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, voltada para a concepção e a execução de projetos multidisciplinares envolvendo estas áreas do conhecimento e o turismo. A entidade foi fundada em 2002 com a união de diversos jornalistas, produtores culturais, publicitários, historiadores e estudantes com reconhecida experiência na realização de projetos nestas áreas e que encontraram na Terrazul o espaço propício para a potencialização de seus trabalhos (INSTITUTO TERRAZUL, 2010).

¹⁰ Fundação Cultural Geneval Tourinho. (FCGT) Mobilização para transformar “Velho Chico” em patrimônio da humanidade. 30/03/2009; Disponível em: http://www.fcgt.com.br/index.php/site/cedoc_doc/0/986/986. Acesso: 08/07/2010.

Francisco e para a valorização do patrimônio cultural e natural do seu entorno.

Antes de passar para a próxima seção, torna-se importante esclarecer alguns aspectos sobre a Campanha Rio São Francisco Patrimônio Mundial, com o intuito precípuo de mostrar, ainda que brevemente, porque essa Campanha não avançou. Isso só foi possível graças à entrevista concedida por Antunes a autora deste artigo, em 20 de setembro de 2010, por e-mail, na qual ele forneceu informações valiosas sobre o que ocorreu depois da Expedição Halfeld. Como se pode conferir a seguir.

O entrevistado esclarece que após a Expedição Halfeld foi elaborado um relatório de viagem, reunindo ampla documentação (textos sobre os bens culturais e naturais, imagens, fotografias, mapas etc), que conferia a viabilidade da candidatura do rio São Francisco à lista de Patrimônio Nacional na categoria Paisagem Cultural¹¹ – entregue aos Ministérios da Cultura e Meio Ambiente. Estes ministérios instituíram uma portaria constituindo um grupo de trabalho designado Caminho do Sertão, mas esse GP reuniu-se apenas duas vezes, sendo assim, o processo não avançou.

Antunes (2010) destaca outras ações da Campanha Rio São Francisco Patrimônio Mundial, como a edição do Museu Virtual reunindo o trabalho da Expedição Halfeld, pelo Ministério Público de Minas Gerais, e as tentativas fracassadas de se rearticular o movimento, devido à falta de apoio do Ministério do Meio Ambiente.

Sobre a Campanha Rio São Francisco Patrimônio Mundial não avançar o entrevistado atribui a dois fatores:

O primeiro, a resistência de alguns setores públicos e privados à possibilidade de uma proteção em larga escala do rio São Francisco, da nascente à foz. O segundo, uma incompreensão conceitual sobre o que se trata uma “paisagem cultural”, só esclarecida recentemente,

em 2009, com a adoção pelo IPHAN de uma nova categoria de proteção aos bens culturais, denominada “chancela da paisagem cultural”¹² (ANTUNES, 2010).

E, finalmente, sobre a retomada da Campanha do rio São Francisco Patrimônio Mundial, anunciada em Januária/MG, em outubro de 2009 que foi divulgada pelos jornais *on line*, O Norte¹³ e o FCGT, o entrevistado revela não ter sido convidado para este evento, por isso não pode se manifestar a esse respeito. Contudo, antecipa que o IPHAN, do qual é coordenador de difusão e projetos, recentemente inventariou uma grande parte dos bens culturais e naturais das cidades da calha do rio que não tinha ainda acervos tombados. Estes inventários, assim como os anteriores produzidos na Expedição Halfeld, serão discutidos junto às instituições do governo e da sociedade, tendo em vista, elaborar a proposta de chancela do roteiro cultural do rio São Francisco. “Aliás, este é agora o primeiro passo para qualquer pleito futuro junto à UNESCO” (ANTUNES, 2010).

Patrimônio Cultural Imaterial das comunidades ribeirinhas do São Francisco

Lins (1983) revela que a religião do vale do São Francisco é o catolicismo. Mas observa se tratar de um catolicismo *sui generis*, recheado de superstições, que envolve relações de compadrismo entre os fiéis e os santos, até a prática de retirar, às escondidas, as imagens dos altares para fazer chover ou tentar outras

graças e favores. Não adianta os padres se oporem aos roubos de santos para forçar a realização de um milagre. O ribeirinho continua subtraindo imagens nas igrejas e oratórios particulares.

Este autor também afirma que o candomblé não exerce qualquer influência no beiradeiro.

Lá os feiticeiros não desfrutam de nenhum crédito. Há, sim, os mandingueiros, caibras velhos que vivem de benzer feridos, receita “garrafadas” de sumo de ervas medicinais e fechar, com rezas, o corpo das pessoas. Mas não há o “despacho”, presente aos espíritos, nem tampouco batuques e danças rituais. Mesmo os negros não dão crédito ao candomblé, ali. A religião na beirada é uma mistura do catolicismo com os restos dos pavores seculares do gentio politeísta. O beiradeiro tem fé em Deus, reza o *Creio em Deus Padre*, mas não perde contato com as divindades telúricas da ribeira, como o caboclo-d’água, o minhocão, que, assim como protegem, podem fazer mal. Mas as suas relações com o caboclo-d’água e o minhocão não são íntimas: o beiradeiro não morre de amores por eles, mas, por via das dúvidas e para evitar aborrecimentos, tira-lhes o chapéu. A verdade é que quem manda no vale é mesmo o Bom Jesus da Lapa. Nele o beiradeiro deposita todas as suas esperanças. Depois do Bom Jesus da Lapa, os santos de maior devoção na ribeira são: Santo Antônio, Santa Teresinha, São João Batista e São Gonçalo. Nossa Senhora do Perpétuo Socorro também é muito adorada, tanto na cidade como pela gente da caatinga e das vazantes. (LINS, 1983, apud JANGADA BRASIL, 2008).

¹¹ Conceito utilizado pela UNESCO desde a Convenção de 1972 que visa o reconhecimento de porções singulares dos territórios, onde a inter-relação entre a cultura e o ambiente natural confere à paisagem uma identidade singular. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2007/11/12/conferencia-internacional-sobre-paisagens-historicas/>. Acesso: 18/09/2009.

¹² O IPHAN publicou, no Diário Oficial da União de 05 de maio de 2009, a Portaria 127, de 30 de abril de 2009, que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira – porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. Disponível em <http://www.defender.org.br/iphan-publica-portaria-sobre-chancela-de-paisagem-cultural-brasileira>. Acesso: 19/09/2010.

¹³ O NORTE.NET. Minas assume projeto para Rio São Francisco ser Patrimônio da Humanidade. 06/10/2009. Disponível em: <http://www.onorte.net/>. Acesso: 01/07/2010.

Santos (2001) no seu relatório técnico revela que a riqueza cultural das comunidades ribeirinhas foi considerada uma das áreas mais importantes do trabalho de campo realizado durante a Expedição Engenheiro Halfeld, foram registrados vários bens identificados como patrimônio oral e imaterial, como se pode verificar a seguir, e a estas, acrescentaram-se outras contribuições, como a do antropólogo Zanoni Neves e outros autores, reunidos numa edição especial da revista *on line* Jangada do Brasil intitulada: *Velho Chico: Tradições, Lendas e História do rio São Francisco*

Mas, antes, vale conferir um trecho da matéria publicada pelo jornal Diário de São Paulo, em 1976, sobre esse tema: “O São Francisco corta uma região povoada de lendas bizarras, de histórias de jagunçada e superstições. E os contadores reves-tem o que narram de cores tão reais que muita gente sente-se arrepiada ante tais contos”. (DIÁRIO..., 1976).

Cânticos religiosos – Várzea da Palma, MG, distrito de Guaicuí

Na vila de Guaicuí, Santos (2001) relata que a equipe da Campanha Halfeld presenciou na Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso e Almas, um grupo de mulheres ensaiando cânticos religiosos para missa que aconteceria no domingo seguinte. A equipe impressionou-se com o tom de voz agudo gutural e lamentoso, peculiar aos cantos femininos do interior brasileiro. O ritmo monótono e repetitivo, assim como o olhar vago das fiéis, expressava um estado de abstração e alheamento, típico dos ritos religiosos tradicionais;

Casos de banditismo no sertão – Fazenda Baluarte, proximidades da foz do rio Jequitaiá

No trajeto entre Guaicuí e Ibiaí, Lúcio Barreto, armador da barca Luminar, contou para Márcio Santos que a propriedade que se avistava na margem direita, era a Fazenda Baluarte, que pertencera a seu tio Rotílio Manduca. Segundo Lúcio, esse ho-

mem, falecido há mais de 50 anos, era um poderoso proprietário de terras na região, chefe de muitos capangas e envolvido em confrontos políticos. Ele construiu, nessa propriedade, um túnel que unia a fazenda ao rio, assim, possibilitando uma rápida fuga dos seus capangas em barcos, quando perseguido pela polícia ou até mesmo por outros capangas. Numa das igrejas de Bom Jesus da Lapa haveria uma parede perfurada de balas, resultado de tiroteio entre os capangas de Rotílio e capangas inimigos. A razão da morte do chefe político teria sido uma surra que seus capangas deram num morador de Bom Jesus da Lapa. Quando este se recuperou, embarcou na mesma gaiola em que Rotílio viajava e no interior do barco o apunhalou pelas costas. O escritor Guimarães Rosa teria conhecido o chefe político e se inspirado nele para construir o personagem Zé Bebelô, uma das figuras principais do romance *Grande Sertão: Veredas*. A história de Rotílio Manduca, conforme informações finais de Lúcio Barreto foi exibida em minissérie e em documentário de televisão.

Benzedor – Ibiaí, MG

Minervino Pereira da Silva é um dos benzedores mais conhecidos na região, fornecia ervas e raízes para as pessoas que o procuravam. Também benzia as pessoas, com toques de mão e sinais característicos. É dele o triste prognóstico de que “a cama dos peixes vai se tornar a cama dos bois”.

Cavallhada de Brejo do Amparo – Januária, MG

A cavallhada de Brejo do Amparo acontece uma vez por ano em frente a Igreja Nossa Senhora do Amparo. Trata-se da representação de uma luta entre dois grupos de oito cavaleiros cada um, sendo um grupo cristão e o outro mouro. O grupo cristão veste-se de trajes azuis e o mouro de vermelho, todos enfeitados com flores nos chapéus, lenços e capas.

“ O material utilizado é barro preparado a partir da terra, que é matéria-prima tanto para o corpo das peças como para as tintas com que elas são decoradas. As peças são moldadas com as mãos à medida que giram sobre uma base movida a energia elétrica. Uma pequena peça conhecida como “lisador” ou ... ”

Mulheres do Candéal – Cônego Marinho, MG

A equipe da campanha Halfeld tomou conhecimento dos trabalhos em cerâmica das mulheres que moram na vila do Candéal em Cônego Marinho, quando da visita ao Centro de Cultura e Turismo de Januária, o qual, em uma das salas abriga a exposição “Impressões no Barro”. Assim a equipe resolveu conhecer *in loco* o trabalho das artesãs (SANTOS, 2001).

As peças de cerâmica são produzidas num galpão, no qual são fabricados vasos, pratos, xícaras, pires, tigelas, cumbucas, filtros, cuias e objetos decorativos, como réplicas de aves e bules. O material utilizado é barro preparado a partir da terra, que é matéria-prima tanto para o corpo das peças como para as tintas com que elas são decoradas. As peças são moldadas com as mãos à medida que giram sobre uma base movida a energia elétrica. Uma pequena peça conhecida como “lisador” ou “mucunã” é utilizada para o alisamento das peças.

Romarias católicas – Bom Jesus da Lapa, BA

Lins (1983) relata que durante o ano inteiro, romeiros caminham a pé, muitas vezes descalços, pelas margens do rio, rumo à Lapa para agradecer ao Bom Jesus as graças recebidas. Não obstante, a grande romaria ocorre em seis de agosto, quando milhares de fiéis convergem ao santuário, uma gruta no sopé de um morro coberto de bromélias. No mês de agosto, mês da festa do Bom Jesus, amplia o número de romeiros que buscam a gruta milagrosa em procissões diárias margeando o rio. Muitos desses grupos vão entoando *berditos*, o que empresta ao espetáculo uma beleza singular.

Para Santos (2001) as romarias de Bom Jesus da Lapa é umas das mais ricas manifestações de cultura popular tradicional do interior brasileiro. Esse universo de profunda crença religiosa constitui típico bem cultural imaterial do entorno do rio São Francisco.

Banda de pífaros – Bom Jesus da Lapa, BA

Trata-se de banda local que se apresenta principalmente durante a Folia de Reis (SANTOS, 2001).

Banda local – Paratinga, BA

De acordo com Santos (2001), a tradicional Filarmônica 13 de Junho é considerada uma das principais filarmônicas da Bahia, foi criada em 1902. Participa sempre das festas de Santo Antônio, do Divino, de Nossa Senhora da Conceição, de São Sebastião, das procissões, das festas de aniversário, dos batizados, das formaturas, das cerimônias oficiais e demais eventos.

Banda de pífaros – Paratinga, BA

Conforme Santos (2001), o grupo Zabumba Alecrim, é constituído por pessoas da zona rural e da periferia da cidade, a maioria lavradores e pescadores. Esse grupo representa as raízes africanas da cidade. O repertório é transmitido oralmente de geração para geração.

“
*São produzidos
belos trabalhos
artesanais em tecido
nos estilos redendê e
ponto em cruz.
A oficina Companhia
de Bordados das
Artesãs de
Entremontes, conta
com 52 artesãs
(SANTOS, 2001).*
”

Folia de Reis do Boi – Paratinga, BA

Ocorre no dia seis de janeiro a festa dos Santos Reis, como é comum em outras regiões do Brasil, o grupo se apresenta no interior das residências, na frente da casa, sendo convidado a entrar pelo proprietário, cantando no interior da residência, se despede e passa para a casa seguinte, o que culmina numa grande festa pública. A Festa de Santo Antônio também atrai milhares de pessoas (SANTOS, 2001).

Imagem religiosa na margem do rio – proximidades de Morpará, BA

Santos (2001) comenta que as imagens de santos colocadas em pequenas capelas ou nos morros às margens do rio revelam a forte relação do homem com o rio. Na margem esquerda do rio, localiza-se a Gruta de Santa Luzia, protetora dos pescadores.

Artesanato – Petrolina, PE

Na Oficina do Artesão Mestre Quincas são confeccionadas carrancas, imagens sacras, sandálias, bolsas, cintos, lençóis, almofadas e outros produtos. Há peças de cerâmica esculpidas pela artesã Ana das Carrancas (SANTOS, 2001).

Canto local – Piranhas, AL

Santos (2001) relata que o cantor e violinista Evandro Carvalho apresentou-se voluntariamente para a equipe da Campanha Halfeld. Seu canto alegre e informal expressa à riqueza da cultura popular no Baixo São Francisco. A música escolhida é uma exaltação ao rio:

Ele veio lá da Serra da Canastra
Se arrastando feito cobra pelo chão
De Pirapora passou em Pilão Arcado
Em Petrolina irrigou a região
Desceu direto
Foi parar em Paulo Afonso
Abraçou a cachoeira
Fez aquela alegria
E no encontro das pedras da cachoeira
Onde junta as duas águas
Transformou-se em energia.
O rio São Francisco vem descendo devagar
Sai da Serra da Canastra e vai bater no meio do mar.

Feira popular – Canindé do São Francisco, SE

Aos sábados realiza-se a grande feira popular de Canindé do São Francisco. As mercadorias oferecidas são: artigos de couro de bode, como sandálias, bolsas e cintos, peixes e crustáceos pescados no rio, temperos e ervas medicinais coletados nas matas de caatinga, redes, porcos, aves (SANTOS, 2001).

Artesanato – Piranhas, AL, localidade de Entremontes

São produzidos belos trabalhos artesanais em tecido nos estilos redendê e ponto em cruz. A oficina Companhia de Bordados das Artesãs de Entremontes, conta com 52 artesãs (SANTOS, 2001).

Procissão – Piaçabuçu, AL

Segundo Santos (2001) o dia da visita da equipe Campanha Halfeld a Piaçabuçu coincidiu com a chegada da procissão que trazia da cidade de Feliz Deserto a imagem de Nossa Senhora Mãe dos Homens. A imagem permanece dois meses em Piaçabuçu, retornando depois ao lugar de origem.

Artesanato – Penedo, AL, localidade de Marituba do Peixe

A equipe visitou a Associação dos Trançados de Marituba do Peixe, onde são confeccionados por mulheres dessa localidade, com exclusividade, artigos em palha de ouricurizeiro, árvore típica da região, como bolsas, esteiras, tapetes, cintos, chapéus e outros objetos de uso e de decoração. Algumas das palhas são pintadas com tintura colorida, para embelezar (SANTOS, 2001).

Encontro de bandas – Penedo, AL

De acordo com Santos (2001), o último dia de trabalho da Expedição, parte da equipe assistiu o I Encontro de Bandas de Música do Baixo São Francisco que contou com a participação das seguintes bandas: Musical Penedense, Lyra Traipuense, Musical Guarany de Pão de Açúcar, Euterpe São Benedito de Piaçabuçu, Carlos Gomes de Marechal Deodoro e Academia de Polícia de Arapiraca.

Carrancas

As carrancas de proa das barcas do rio São Francisco, manifestação máxima de arte plástica rudimentar do povo daquela região, é o que mais desperta a atenção de quem visita pela primeira vez o grande rio. Os remeiros acreditam que elas servem de mascote contra os elementos maus, principalmente para afugentar o negro d'água (SOUZA, 1983).

Minhocão

Outro ser místico do rio que os ribeirinhos descrevem como mau, responsável por naufrágios e queda de barreiras, o Minhocão, destrói às casas e roças dos camponeses e vira a canoa dos pescadores (NEVES, 2003).

Caboclo d'água ou nego d'água

Criatura fantástica que mora no fundo do rio e costuma aparecer de noite, surpreendendo as embarcações e levando para a morte o remeiro desprevenido. Neves (2003)

“ Segundo Neves (2003) no decorrer de dois séculos, os remeiros contribuíram para a formação e o desenvolvimento do sistema econômico regional. Devido a sua importância social, foram citados por viajantes e técnicos em seus relatos sobre a região. ”

explica que estes são personagens distintos de variantes de um mesmo mito, também conhecido como Compadre e são descritos da seguinte maneira: de cor preta ou melado, baixos, atarracados, de cabeça pela-da (NEVES, 2003). Souza (1953) relatou que o remeiro dorme sobre a tolda da barca ou em esteiras de palha de carnaúba nas praias do rio, não muito perto d'água, para não ser atacado pelo negro d'água.

Remeiros

Segundo Neves (2003) no decorrer de dois séculos, os remeiros contribuíram para a formação e o desenvolvimento do sistema econômico regional. Devido a sua importância social, foram citados por viajantes e técnicos em seus relatos sobre a região. No entanto, o trabalho, as crenças, a posição social destes podem ser conhecidos por intermédio também da literatura de ficção; estão presentes no conto e nos romances regionalistas, no Médio São Francisco alguns termos e expressões eram empregados pela sociedade para discriminá-los, como: porco d'água, pé pubo, piau, pé de prancha, burro

d'água, bicho d'água, contudo, apesar da discriminação social e estigma que sofriam, muito contribuíram na integração das regiões: Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste se forem levados em conta os aspectos socioeconômicos e culturais, que será melhor explorado em outra oportunidade devido a falta de espaço neste artigo, mas é evidente a contribuição destes para a transmissão de “crenças e narrativas populares ao longo das margens do rio São Francisco: mitos, contos, lendas e milagres do Bom Jesus. Assim foram autores na formação do *sistema mágico-religioso*, ressaltamos o papel não menos importante das migrações.” (NEVES, 2003, p.199-200).

Osvaldo Souza em março de 1953 relata no decorrer da sua viagem no rio São Francisco que ainda é possível verificar “um tipo quase desconhecido da paisagem humana daquela região – o remeiro, segregado social cuja vida é uma obscura epopéia.

Este autor reforça a discriminação social e estigmas sofridos pelos remeiros quando observa

“Indivíduo bem humorado, gosta de chasquear, principalmente quando se excede um pouco na Januária... é apelidado de ‘burro d'água’ pelos barranqueiros, expressão pejorativa criada pela antipatia que nascida dos gracejos e xingamentos que o remeiro lhes dirige quando passa, em viagem, pela margens do rio.” (SOUZA, 1953).

Souza (1953) teve a oportunidade de ouvir as toadas típicas dos remeiros que no decurso da jornada de trabalho, remavam entoando cantigas para espairar e renovar as forças, entretanto, este autor, naquela ocasião, afirmava que essa tradição já era bem rara no rio São Francisco.

Por fim, este autor conclui o seu artigo, lamentando, que infelizmente é mais uma bela tradição que tende a desaparecer, como tantas outras.

Neves (2003) ainda cita outros seres, pouco destacados na literatu-

ra, que povoavam o imaginário dos remeiros e dos ribeirinhos, como: a Mãe d'Água, o Cavalo d'Água, o Cachorrinho d'Água. Assim como, os mitos da zona rural: o Romãozinho, Pé-de-Garrafa etc. A lenda da Cobra-de-Asas contada e recontada pelos romeiros de Bom Jesus da Lapa (BA), é urbana, mas amplamente difundida na região. Outros mitos presentes na tradição oral dos ribeirinhos não eram específicos do Médio São Francisco: o Lobisomem e a Mula-Sem-Cabeça.

Considerações finais

Como visto, o conceito de patrimônio cultural imaterial é resultado de um longo processo de reflexões e discussões realizadas mundo afora, promovidas pela UNESCO e instituições não governamentais vinculadas a este organismo multilateral de cooperação internacional, que serve para embasar normas, nacionais e locais em diferentes países, inclusive, o Brasil, assim, constituiu-se uma referência universal.

Deste modo, a Campanha Rio São Francisco Patrimônio Mundial é um exemplo do que se afirmou no parágrafo anterior, pois essa Campanha, através da Expedição Halfeld, promoveu um amplo levantamento dos bens de valor histórico, artístico e cultural, ao longo do rio e seu entorno, bem como sensibilizou e mobilizou as comunidades ribeirinhas em prol das águas e do rico patrimônio espalhados nos centros urbanos que margeiam o rio.

Essa Campanha não avançou como deveria, devido a dois fatores: primeiro, a oposição de alguns setores públicos e privados à possível proteção, em larga escala, do Rio São Francisco, da nascente à foz; segundo: a confusão conceitual acerca de paisagem cultural apenas elucidada em 2009, quando o IPHAN adota uma nova categoria de proteção aos bens culturais, designada “chancela da paisagem cultural”.

Por fim, foi elencado o rico acervo cultural das comunidades ribeirinhas, ou seja, as histórias, contos,

lendas que constituem o patrimônio imaterial do rio São Francisco.

Referências

CAMARGO, Haroldo. Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Aleph, 2002.

DIÁRIO DE SÃO PAULO. Rio São Francisco, Tradição, misticismo e folclore embelezam suas margens, colorindo a vida da população sertaneja 30 de abril de 1976. In Jangada Brasil: Edição Especial: Velho Chico - tradições, lendas e histórias do Rio São Francisco. Disponível em: <http://www.jangadabrasil.com.br/revista/dezembro119/es1191213.asp>. Acesso: 08/07/2010.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiro de Castro. **Patrimônio imaterial no Brasil: Legislação e Políticas Estaduais**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008. Disponível em: Acesso: 18/09/2010

DIAS, Reinaldo. **Turismo e Patrimônio Cultural – recursos que acompanham o crescimento das cidades**. Saraiva.SP. 2006.

Fundação Cultural Geneval Tourinho. (FCGT) **Mobilização para transformar o “Velho Chico” em patrimônio da humanidade**. 30/03/2009; Disponível em: http://www.fcgt.com.br/index.php/site/cedoc_doc/0/986/986. Acesso: 08/07/2010.

INSTITUTO TERRAZUL DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE. **Expedição Halfeld – 1ª Etapa – Descrição**. Disponível em: <http://www.terrazul.org.br/Caminho1/Expedicao.php>. Acesso: 01/07/2010

HERNÁNDEZ. Josep Ballart; TRESSERRAS, Jordi Juan i. **Gestión del patrimonio cultural**. Ariel S.Barcelona. 2001.

LINS, Wilson. O médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros. São Paulo. Companhia Editó-

ra Nacional, 1983, p.114-121) In Jangada Brasil: Edição Especial: Velho Chico - tradições, lendas e histórias do Rio São Francisco Dezembro de 2008 – Ano XI – nº 119. Disponível: <http://www.jangadabrasil.com.br/revista/dezembro119/es1191205.asp> Acesso: 08/07/2010.

LUNA, Jayme Nogueira. **Uma mitologia das Carrancas do Vale do São Francisco**. Disponível em: <http://www.usinadeletras.com.br/exibetextoautor.php?user=jayrus> Acesso: 08/07/2010.

NEVES, ZANONI. “Os Remeiros do São Francisco na Literatura” em: Revista de Antropologia. São Paulo, vol. 46, n.1, 2003; Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid Acesso: 01/07/2010.

O NORTE.NET. **Minas assume projeto para Rio São Francisco ser patrimônio da humanidade**. Disponível em: <http://www.onorte.net/> Acesso: 01/07/2010.

SANTOS, MÁRCIO. **Expedição Engenheiro Halfeld – Relatório de Pesquisa de Campo**. Dezembro, 2001. Disponível em <http://www.terrazul.org.br/Caminho1/RELATORIO2.pdf> Acesso: 01/07/2010

SANTOS, MÁRCIO. **Expedição Engenheiro Halfeld Etapa Alta São Francisco – Relatório de Pesquisa de Campo**. Agosto de 2002. Disponível em <http://www.terrazul.org.br/Caminho1/RELATORIO2.pdf> Acesso: 09/07/2010.

SOUZA, Oswaldo de. **Os remeiros do rio São Francisco**. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 15 de março de 1953. In Jangada Brasil: Edição Especial: Velho Chico - tradições, lendas e histórias do Rio São Francisco Dezembro de 2008 – Ano XI – nº 119. Disponível: <http://www.jangadabrasil.com.br/revista/dezembro119/es1191201.asp>; Acesso: 08/07/2010.